

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2008 - NÚMERO QUATRO – PÚBLICA:-

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, nesta vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro e Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Joaquim Luís Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, Vanda Cristina Lopes Nunes, José Carlos Viegas Ferreirinha e Mário Manuel Pereira Peixinho, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara, eram quinze horas.-----

A acta da reunião de Câmara de onze de Fevereiro de dois mil e oito foi aprovada, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção do Vereador Mário Pereira, por não ter estado presente.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número trinta e seis, datado de vinte e um do mês em curso, que acusa um saldo disponível de trezentos e noventa mil seiscientos e noventa e cinco euros e setenta e um cêntimos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

A Vereadora Vanda Nunes leu uma informação dirigida aos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho sobre a Casa do Patudos, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“Em consequência da vontade expressa, em Testamento, do Seu proprietário José Relvas, a Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, é tutelada pela Câmara Municipal.----
Integrando um vasto acervo artístico, o património da Casa dos Patudos contempla ainda um importante arquivo que documenta os múltiplos sectores em que se desdobrou a acção de José Relvas.-----

Transcorrido quase meio século sobre a abertura ao público, em 1960, entendemos que é oportuno repensar as estruturas organizativas e funcionais da Casa, modernizando – as e adaptando–as às exigências actuais da conservação e valorização dos patrimónios musealizados.-----

A Casa dos Patudos é detentora de um notável conjunto de bens e referências culturais que se projecta muito para além do concelho, da região e até do País.-----

Dotar a Instituição de condições para gerir com dinamismo tal projecção é um dever que nos assiste e no qual temos trabalhado. -----

Chegados até aqui, há agora que, com determinação, saber encontrar as parcerias adequadas para responder aos novos desafios de dinamização e valorização do Museu e

bem assim para alcançar os meios que viabilizem a conservação da Casa dos Patudos e do seu espólio. Falamos, naturalmente do QREN e de todo o trabalho a desenvolver na preparação de uma candidatura complexa e estruturante.-----

A fim de cumprir tais objectivos entendemos constituir um Conselho Técnico – Científico que nos auxiliará a preparar a referida candidatura e elaborará uma proposta de reorganização funcional para a Casa dos Patudos que será apresentado à Câmara Municipal com a maior brevidade possível.-----

Até lá, o Museu será tutelado directamente pela Câmara Municipal, o que fará, em articulação com o referido Conselho Consultivo, coordenado pelo Professor João Bonifácio Serra, membro do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sendo integrado por Investigadores e peritos das diversas áreas patrimoniais de que se compõe o acervo da Casa dos Patudos. A Vereadora da Cultura”.-----

De seguida, informou que se estava a proceder, neste momento, a convites para integrar o Conselho Técnico – Científico que irá auxiliar na preparação da candidatura ao QREN e que, logo que o mesmo exista formalmente informará a Câmara sobre as pessoas que o compõem.-----

O Vereador Mário Pereira questionou o motivo pelo qual o Director da Casa dos Patudos, Dr. José Falcão, tinha deixado de prestar serviço. Em que moldes é que a Casa dos Patudos irá ser gerida. Se estava em preparação uma substituição no cargo. Se, relativamente ao Conselho Técnico – Científico, deveria haver uma série de critérios para definir as pessoas que o irão compor. Se não seria mais pertinente definir primeiro os critérios e depois, em função deles, convidar as pessoas, ou se se irá optar por uma metodologia inversa, convidar sem definir esses critérios.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se a promoção e valorização da Casa dos Patudos era um trabalho a ser preparado pelo referido Conselho Técnico – Científico. Se o assunto seria apresentado em reunião de Câmara ou se aquele Conselho teria autonomia para decidir. E também em que consistia a referida candidatura ao QREN.-----

Por fim, o mesmo Vereador questionou se a saída do Director da Casa dos Patudos tinha a ver com a nova proposta apresentada, se era resultado de algum desacordo por parte daquele.-----

A Vereadora Vanda Nunes informou que o actual modelo de gestão da Casa dos Patudos, que passava pela existência de um director, não correspondia às novas exigências. Que a candidatura ao QREN pressupunha, não só ter como objecto o

edifício da Casa dos Patudos, mas a conservação de todo o espólio que, sendo tão vasto e rico, se exigia um especialista para cada área. Que a conversa tida com o Dr. Falcão foi exactamente nesse sentido. Que, sendo ele um especialista em pintura, foi por essa razão também convidado para integrar o Conselho Consultivo, cargo que aceitou. Que não havia qualquer espécie de ruptura nem desavença com o ex-director da Casa dos Patudos, tendo o trabalho ter sido desenvolvido sido meritório e reconhecido. Que o que se pretendia era, em face das novas exigências, apresentar um novo modelo de gestão que aquele Conselho irá apresentar. Que, paralelamente à preparação da candidatura ao QREN, que o Conselho irá ajudar a fazer, que o mesmo ia procurar encontrar o tal modelo de gestão que passaria, obrigatoriamente, pela criação de várias parcerias com várias entidades, designadamente do mundo académico e não só. O senhor Professor Bonifácio Serra que, neste momento, já faz um trabalho na área do arquivo irá coordenar esse Conselho Consultivo. Que, sob a orientação do Professor Bonifácio Serra, se estava a proceder a alguns convites a pessoas obrigatoriamente credenciadas em cada uma das áreas, nomeadamente, pintura, escultura, tapeçaria, que possam ser uma mais valia para a Casa dos Patudos, para uma parceria, como a Gulbenkian, a Universidade Nova. Que, nesta fase transitória, tudo foi perfeitamente partilhado pelo Dr. Falcão.-----

O Vereador Mário Pereira questionou em que moldes é que irá funcionar a figura do coordenador, até em termos de relação com a Câmara, bem como o que está previsto quanto à sua remuneração ou avença, e ainda se o tal Conselho Técnico – Científico irá funcionar em permanência.-----

A Vereadora Vanda Nunes voltou a referir que o Conselho Consultivo estava a ser constituído. Que se tratava de parcerias com entidades. Que a colaboração com o Professor Bonifácio Serra ia continuar. Que o Professor Bonifácio Serra representava a Universidade Nova, estando a trabalhar graciosamente e dando a sua colaboração com um empenho extraordinário.-----

O Vereador Mário Pereira afirmou estar esclarecido e questionou se todos os passos fundamentais à Constituição do Conselho Consultivo bem como o futuro modelo de gestão da Casa dos Patudos, seriam apreciados em reunião de Câmara.-----

A Vereadora Vanda Nunes respondeu afirmativamente e voltou a referir que o Conselho Consultivo elaborará uma proposta de reorganização funcional que será apresentada à Câmara e que, antes disso, informará a respectiva composição.-----

De seguida, o Vereador Mário Pereira colocou as seguintes questões:-----

- Saber quais as obras que a Câmara tem, neste momento, a decorrer;-----

- Saber se a obra de recuperação do prédio sito no cruzamento da Rua José Relvas com a Rua Dr. Queiróz Vaz Guedes, está devidamente licenciada, uma vez que não exhibe aviso de licenciamento municipal;-----

- Se não havia razão para a Câmara avançar com a imposição de demolição do prédio sito no cruzamento da Rua José Relvas com a Rua João de Sousa Falcão, uma vez que havia munícipes que lhe fizeram chegar grande preocupação em relação a questões de segurança pública naquela zona, por o prédio apresentar várias falhas, em termos de estrutura, sendo também local onde se acumulam lixos e animais;-----

- Sugeriu que a Câmara procedesse à análise da água da Vala de Alpiarça e que disponibilizasse os resultados à população, uma vez que vários agricultores com propriedades confinantes estavam preocupados com o mau estado da água;-----

- Afirmou estar preocupado em relação à não existência de vigilância no parque subterrâneo do Centro Cívico, no qual já tinham ocorrido assaltos a viaturas;-----

- Questionou em que situação se encontrava o protocolo de cedência da exploração do parque subterrâneo do Centro Cívico ao Clube Desportivo “Os Águias”;-----

- Questionou ainda quais os processos existentes nos tribunais visando a Câmara Municipal de Alpiarça e como os mesmos estavam a decorrer.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou o seguinte:-----

- Se, ainda relativamente à saída do Dr. José Falcão da Casa dos Patudos, tinha havido despedimento ou cessação do contrato;-----

- Se o processo do Parque de Campismo já tinha sido resolvido em Tribunal.-----

O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador José Carlos Ferreirinha que informou, relativamente à questão do prédio em recuperação no cruzamento da Rua José Relvas com a Rua Dr. Queiróz Vaz Guedes, que a indicação que tinha era que um tal senhor Branquinho tinha solicitado a execução de umas obras de recuperação. Que, para além dessas obras, o referido senhor começou a fazer alterações que careciam de projecto, o que já lhe tinha sido solicitado.-----

Sobre o prédio em estado de degradação no cruzamento da Rua José Relvas com a Rua João de Sousa Falcão, o Vereador José Carlos Ferreirinha informou que o processo já tinha sido apreciado em anterior reunião de Câmara. Que já tinha sido deliberado a sua demolição. Que não tinha havido qualquer resposta, por parte do proprietário, nem tinha sido possível notificá-lo. Que foram solicitados orçamentos a empreiteiros para a sua

demolição, neste momento já apresentados nos serviços, e que se encontrava a decorrer o processo com vista à posse administrativa por parte da Câmara.-----

Sobre o mau estado da água da Vala de Alpiarça, o Presidente da Câmara referiu que nada tinha a obstar quanto ao sugerido pelo Vereador Mário Pereira, tendo, de seguida, solicitado ao Vereador José Carlos Ferreirinha para tratar do assunto.-----

O Vereador José Carlos Ferreirinha informou, relativamente ao mesmo assunto, que já havia um trabalho feito através da C.C.D.R.L.V.T., de recolha de vinte e quatro horas de umas saídas da estação de tratamento da fábrica do leite. Que tal já tinha acontecido há um ano e ainda não tinham sido enviados os resultados, o que pressupunha que não tinham algum interesse. Que o assunto será levado a reunião de Câmara logo que os resultados sejam enviados.-----

Sobre os assaltos a viaturas no Parque subterrâneo do Centro Cívico, o Presidente da Câmara informou que era uma matéria que tinha a ver com a prevenção da segurança, da responsabilidade da G.N.R. Que se tinha voltado a chamar a atenção do Comando da G.N.R. para a situação e para a necessidade de existirem meios de segurança eficazes. Que eram condições de segurança que não estavam a ser cumpridas.-----

Sobre o protocolo de cedência da exploração do parque subterrâneo, o Presidente da Câmara informou que se continuava a aguardar uma resposta por parte do Clube Desportivo “Os Águias”.-----

O Vereador Mário Pereira perguntou, relativamente ao protocolo de exploração do parque subterrâneo, se tinha havido resposta do Clube Desportivo “Os Águias”, tendo o Presidente da Câmara informado nunca ter havido uma resposta formal.-----

O Presidente da Câmara informou ainda sobre o assunto, que era uma história antiga, que tinha sido apreciado numa reunião de Câmara. Que tinha havido uma proposta contestada na altura e que tinha sido novamente recolocado o assunto, por iniciativa da nova direcção do Clube Desportivo “Os Águias”, numa reunião normal de trabalho entre o executivo da Câmara e a direcção do Clube Desportivo “Os Águias.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou se tal não teria acontecido neste executivo, tendo o Presidente da Câmara informado que o assunto era da nova direcção do clube, e referido que esta tinha meses de existência.-----

O Vereador Mário Pereira disse que o assunto não tinha sido apreciado em reunião de Câmara, ao que o Presidente da Câmara respondeu contrariamente, afirmando que o executivo tomou dele conhecimento e que a direcção de “Os Águias” tinha manifestado vontade de explorar o parque de estacionamento.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Vanda Nunes informaram que não se recordavam que o assunto tivesse sido apreciado em reunião de Câmara.-----

O Presidente da Câmara voltou a afirmar que o assunto tinha sido apreciado pela Câmara no seguimento de uma reunião com a direcção do Clube Desportivo “Os Águias”.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou se existia deliberação da Câmara mostrando a intenção da cedência da exploração.-----

O Presidente da Câmara afirmou que sim e que só faltava a resposta formal do clube.----

A Vereadora Vanda Nunes voltou a questionar se o assunto tinha sido tratado no presente executivo.-----

O Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.-----

À questão colocada pelo Vereador Mário Pereira sobre as obras municipais que, neste momento, decorrem, o Presidente da Câmara informou que eram as seguintes; Edifício dos Paços do Concelho (recuperação do edifício original); duas situações na Zona Industrial (a terceira – fase das infraestruturas e a beneficiação da zona frontal); trabalhos de preparação de prados, beneficiação de todo o espaço e respectiva manutenção da Reserva Natural do Cavalo do Sorraia; materialização dos investimentos previstos no âmbito do projecto RIPIDURABLE (no Paúl da Goux); colocação de saneamento, abastecimento público, passeios e asfalto, em toda a área com habitação, mesmo que não contemplada no perímetro urbano, na Rua das Alagoas, em Frade de Baixo (obra a iniciar na próxima segunda - feira); saneamento, abastecimento público e também passeios e asfalto na Rua de São Martinho, Frade de Cima, e mais duas ruas que entraram em perímetro urbano.-----

A Vereadora Vanda Nunes lembrou as obras da Casa dos Patudos, tendo o Presidente da Câmara informando que se estavam a fazer obras de conservação em duas salas e que também já tinham sido feitas obras na sala da tauromaquia.-----

A Vereadora Vanda Nunes lembrou as obras feitas na sala da Arte Sacra e que, neste momento, estavam também a ser reparadas portas e janelas da Casa dos Patudos.-----

Quanto às questões colocadas pelo Vereador Mário Peixinho, a Vereadora Vanda Nunes informou:-----

- Sobre a saída do Director da Casa dos Patudos, que não poderia haver despedimento, uma vez que se tratava de uma prestação de serviços, pelo facto de o Dr. José Falcão ser avençado. Que, por iniciativa da Câmara, tinha sido proposta a situação já relatada. Que,

por comum acordo, o Dr. José Falcão tinha deixado de prestar a sua colaboração no regime de avença podendo passar a integrar o referido Conselho Consultivo;-----

- Relativamente à situação do Parque de Campismo, que esteve marcada uma audiência de julgamento em Janeiro do corrente ano que, por mais uma vez, foi adiada para o próximo mês de Dezembro. Que, na próxima segunda – feira ía ter uma reunião com o Gabinete Jurídico da Câmara para se tentar encontrar uma outra solução que, no menor tempo possível, possa alterar a situação que se tem vindo a passar com o arrastar do processo judicial, muito onerosa para a Câmara Municipal, para os campistas e para Alpiarça.-----

O Presidente da Câmara colocou uma questão relacionada com uma dívida avultada de fornecimento de água para com a Câmara Municipal de Alpiarça. Referindo-se ao princípio da universalidade de procedimentos, questionou se a situação deveria ser tratada como a de um consumidor normal, ou se havia alguma especificidade, uma vez que envolvia um estabelecimento de ensino, concretamente a Escola E. B. 2, 3 S/José Relvas.-----

O Vereador Mário Pereira questionou quais eram os procedimentos levados a efeito relativamente a outras entidades semelhantes.-----

O Presidente da Câmara informou que se estavam a efectuar cortes relativamente a todos os consumidores que não liquidavam o fornecimento de água.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se, em relação às instituições estatais com instalações no concelho, designadamente a G.N.R, havia alguma situação pendente.-----

O Presidente da Câmara informou que todas as situações pendentes por falta de pagamento estavam a ser objecto de operações de corte de fornecimento.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou qual era a argumentação, por parte da escola, quanto ao não pagamento da dívida.-----

O Presidente da Câmara informou que da escola diziam que não tinham possibilidade de pagar.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou qual o valor da dívida.-----

O Presidente da Câmara informou que, neste momento, era superior a cinco mil euros.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou se já tinham sido enviados à escola pedidos de pagamento.-----

O Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.-----

O Vereador Mário Pereira questionou de quem era a responsabilidade da liquidação da dívida, se da própria escola ou do Ministério da Educação.-----

O Presidente da Câmara informou que a responsabilidade era da escola.-----

O Vereador Mário Pereira sugeriu que a situação fosse analisada numa próxima oportunidade para se reflectir sobre a forma de actuação.-----

O Presidente da Câmara disse só ter colocado a questão dentro do princípio da universalidade de procedimentos.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se existia alguma proposta no sentido de se cortar a água à escola.-----

O Presidente da Câmara respondeu negativamente. Disse que só tinha colocado a questão à Câmara porque considerava que podia ter interpretações difusas, diversas. E que a tinha colocado dentro do princípio básico da universalidade de procedimentos por parte das entidades públicas.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou há quanto tempo existia a dívida.-----

O Presidente da Câmara informou que não fazia ideia.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se não se podia fazer um acerto de contas com algo que a Câmara tivesse que pagar à escola.-----

O Presidente da Câmara informou que a Câmara pagava, religiosamente, à escola o que esta lhe facturava, inclusivamente a utilização do Pavilhão Gimno – Desportivo, propriedade da Câmara, entregue à escola para gerir.-----

A Vereadora Vanda Nunes questionou qual era, concretamente, a resposta da escola ao assunto.-----

O Presidente da Câmara informou que a escola não tinha possibilidades financeiras para, neste momento, pagar a dívida.-----

O Vereador Mário Pereira sugeriu que a situação fosse analisada numa próxima reunião de Câmara, tendo-se, até lá, acesso à documentação existente relativamente a dívidas dos consumidores à Câmara, bem como acesso à própria argumentação da escola.-----

O Presidente da Câmara referiu que as dívidas dos consumidores eram públicas. Que se podia solicitar uma listagem de devedores aos serviços, dentro do princípio da confidencialidade relativamente às pessoas individuais. Que, em relação à escola, tinha havido o cuidado de a oficial por diversas vezes, atendendo à especificidade da instituição que era.-----

O Vereador Mário Peixinho questionou se a dívida era só da escola ou do Agrupamento de Escolas.-----

O Presidente da Câmara informou que a dívida era da Escola E.B. 2,3/S José Relvas.-----

O Vereador Mário Peixinho disse concordar com a sugestão do Vereador Mário Pereira e que não achava que o corte puro e simples da água fosse a solução mais sensata.-----

O Presidente da Câmara questionou se havia mais alguma sugestão a fazer.-----

A Vereadora Vanda Nunes disse que a situação era complexa e que não tinha nada a opor ao que se estava a propor.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que o procedimento se poderia aplicar em relação às entidades que possam estar em situação de incumprimento.-----

O Presidente da Câmara disse que era só a escola que estava em incumprimento.-----

O Vereador Mário Pereira sugeriu que se achasse uma solução a aplicar em casos semelhantes que possam vir a existir.-----

O Presidente da Câmara questionou ao restante executivo se a proposta era no sentido de haver uma situação de excepção e de se analisar de novo o assunto na próxima reunião de Câmara.-----

O Vereador Mário Pereira disse que não concordava com a ideia de uma situação de excepção e que a sua proposta era de que, sem mais considerações, se adiasse a análise do assunto.-----

O Presidente da Câmara referiu que a situação de excepção resultava do regulamento. Que a situação em causa só ía à apreciação da Câmara pela sua especificidade.-----

O Vereador Mário Pereira questionou quantas situações de excepção tinham existido nos últimos anos.-----

O Presidente da Câmara informou que as situações de excepção eram as que íam à apreciação da Câmara.-----

O Vereador Mário Pereira disse que as situações levadas a reunião de Câmara nunca tinham sido tratadas com aquele termo.-----

O Presidente da Câmara referiu que em reunião de Câmara eram aceites pagamentos a prestações.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que era isso que sugeria, sem mais considerações. Que não se devia estar a admitir que se ía tratar a escola ou outra entidade dependente do Ministério da Educação, do Estado Português, como uma excepção.-----

O Presidente da Câmara disse que nunca tinham sido apreciados em reunião de Câmara cortes de água, e que o assunto em causa só tinha sido levado à apreciação pela sua

especificidade. Concluiu, dizendo que o assunto seria novamente analisado na próxima reunião de Câmara, daqui por quinze dias, e que a água não seria cortada à escola.-----

O Vereador Mário Peixinho lembrou a recente legislação proibindo o corte de água e de energia eléctrica aos consumidores.-----

O Presidente da Câmara respondeu que a Câmara não tinha esse procedimento. Que cumpria para além da legislação. Que havia sempre mais do que um aviso ao consumidor a solicitar o pagamento em falta.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

MERCADO MUNICIPAL:-----

Requerimento de JOSÉ ANTÓNIO COELHO BERNARDINO, concessionário da loja número vinte e seis do Mercado Municipal de Alpiarça, datado de seis do mês em curso, a solicitar autorização para mudança de actividade de “Talho” para “Restauração e Bebidas”. Doc. 1775. Procº. n.º M-2.-----

Deliberado, por unanimidade, autorizar a pretensão.-----

VÁRIOS:-----

FINANÇAS – DIRECÇÃO - GERAL DE IMPOSTOS – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES – ZONAMENTO/DOIS MIL E OITO:-----

Ofício da DIRECÇÃO – GERAL DE IMPOSTOS, número sessenta e oito, datado de onze do mês em curso, a solicitar que a Câmara se pronuncie sobre a proposta de revisão do zonamento/dois mil e oito, efectuada por peritos locais nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Doc. n.º 2026. Procº. n.º I-4.-----

Deliberado, por unanimidade, levar o assunto à próxima reunião de Câmara.-----

PESSOAL:-----

LISTA DE ANTIGUIDADE DO PESSOAL DO QUADRO PRÓPRIO DA AUTARQUIA, ORGANIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO NOVENTA E TRÊS DO DECRETO – LEI NÚMERO CEM//NOVENTA E NOVE, DE TRINTA E UM DE MARÇO, REFERIDA A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE:-----

Presente o documento em epígrafe.-----

Tomou-se conhecimento. Foi deliberado, por unanimidade, dar andamento ao processo de acordo com a lei vigente.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

No uso da palavra o Presidente da Câmara informou que era necessário dar andamento a outros assuntos não constantes da Ordem do Dia, mas considerados de certa urgência, pelo que propôs a sua apreciação nesta reunião.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com esta proposta e apreciar os assuntos a seguir mencionados.-----

Os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho informaram que votavam contra a proposta do Presidente da Câmara por não concordarem com a entrada de assuntos fora da Ordem do Dia, embora participem na sua votação.-----

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-----

FUNDO DE MANEIO:-----

Proposta do PRESIDENTE DA CÂMARA, de hoje, para constituição do Fundo de Maneio, a seguir discriminado, visando o pagamento de despesas urgentes e inadiáveis, em conformidade com os artigos números trinta e três e trinta e quatro da Norma do Controle Interno do Pocal, aprovada em reunião de Câmara de oito de Maio de dois mil e um:-----

CANTINAS:-----

No montante global de mil e quinhentos euros, em nome dos Vereadores Vanda Cristina Lopes Nunes e José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de primeira classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

03/02.01.06 ----- Alimentação - Géneros para confeccionar, quinhentos euros.-----

04/02.01.06 ----- Alimentação – Géneros para confeccionar, mil euros.-----

Deliberado, por unanimidade, concordar com a referida proposta e proceder em conformidade.-----

MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ALTERAÇÃO NÚMERO TRÊS:-----

Presente a proposta de modificação às Grandes Opções do Plano em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com o referido documento.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO:-----

Presente a proposta de modificação ao Orçamento em epígrafe.-----

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, concordar com o referido documento.-----

INFORMAÇÕES:-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA, leu uma informação solicitada à Secção de Recursos Humanos, sobre o acidente de serviço do funcionário JOÃO FAUSTINO.-----

Tomou-se conhecimento.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Esteve presente JOÃO PAULO CORDEIRO LEAL que colocou duas questões:-----

A primeira, na qualidade de munícipe, relacionada com a Rua Pedro Álvares Cabral, nomeadamente o piso danificado em frente ao cruzamento da Rua João Maria da Costa, o não cumprimento de regras de trânsito no parque de estacionamento existente e a falta de limpeza e arrumo do espaço onde se encontram instalados os contentores do lixo.-----

Tomou-se nota das situações.-----

A segunda, na qualidade de funcionário da Autarquia, relacionada com avarias nos equipamentos informáticos, que chegam a causar situações de stresse, originando mal entendidos.-----

Tomou-se conhecimento.-----

Não havendo mais nada a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram dezassete horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Manuela Maria Ferreira Neves, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, em regime de substituição, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----
